



Conselho Deliberativo da SUDENE 21
Aprovado em Sessão de 6 de 12 1961
Newton Belo
PRESIDENTE

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

ATA da décima oitava reunião ordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, realizada no dia 6 de novembro de 1961.

Presidência do Excelentíssimo Conselheiro Newton Belo.

Aos seis dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e sessenta e um, na sede da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, Edifício Juscelino Kubitschek, 12º andar, Avenida Dantas Barreto, nesta cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, às nove horas, presentes os Conselheiros: Newton Belo, Governador do Estado do Maranhão; Osvaldo Bastos de Menezes, representante do Ministério da Agricultura; Francisco Alves de Andrade e Castro, representante do Governo do Estado do Ceará; Leonides Alves da Silva Filho, representante do Governo do Estado do Piauí; José da Costa Porto, representante do Banco do Nordeste do Brasil S/A; Joaquim Inácio Tosta Filho, representante do Governo do Estado da Bahia; José Aloisio de Campos, representante do Governo do Estado de Sergipe; Aloysio Sanches de Almeida, representante do Ministério da Saúde; Leocádio Antunes, representante do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico; Sigmundo Cabral de Melo, representante do Ministério do Trabalho; Teotônio Brandão Vilela, representante do Governo do Estado de Alagoas; José de Anchieta Espínola Pinto Coelho, representante do Governo do Estado do Rio Grande do Norte; Aluisio Afonso Campos, representante do Banco do Brasil S/A; Tenente Coronel Samuel Afonso Alves Correia, representante do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas; Ronald de Queiroz Fernandes, representante do Governo do Estado da Paraíba; Carlos Frederico do Rêgo Maciel, representante do Ministério da Educação e Cultura; José Antônio de Souza Leão, representante do Governo do Estado de Pernambuco e Celso Monteiro Furtado, Superintendente da Superinten-

dência do Desenvolvimento do Nordeste, secretariada por Osmário Alifait Lacet, Secretário do Conselho Deliberativo da SUDENE, teve lugar a décima oitava reunião ordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. Iniciando os trabalhos o Superintendente Celso Furtado propõe os Conselheiros Newton Belo e Joaquim Inácio Tosta Filho para Presidente e substituto eventual da presente reunião, o que foi aprovado por aclamação. Assumindo os trabalhos o Presidente, depois de agradecer a sua escolha, determina a leitura da ATA da reunião anterior que é aprovada com duas emendas do Conselheiros José Aloisio de Campos. Emenda nº 1: "Inclua-se no pedido de criação de um grupo de trabalho, feito pelo Conselheiro Aluisio Alves, na página 20 (vinte), um representante do Estado de Sergipe entre os participantes do citado grupo". Emenda nº 2: Faça-se constar na Ata da décima sétima reunião ordinária o pedido de esclarecimentos sobre as emendas apresentadas ao Plano Diretor, pelo Congresso, com referência ao Banco do Nordeste do Brasil S/A". O Presidente diz que serão feitas as retificações. Solicita a Presidência, ao secretário, que seja feita a leitura do EXPEDIENTE: Emenda do Governo de Sergipe ao Plano de Ampliação e Aplicação dos recursos dos Ágios. Nomeação do Dr. Joaquim Inácio Tosta Filho, Secretário sem pasta do Estado da Bahia, para representante daquele Estado no Conselho Deliberativo da SUDENE. Telegramas: do Coronel Correia Lima, dos Governadores dos Estados do Maranhão e do Rio Grande do Norte, do CONDESE, dos Governos do Ceará e do Piauí, comunicando recebimento da pauta dos trabalhos da presente reunião. O Presidente concede a palavra ao Superintendente Celso Furtado para apresentar o Relatório Mensal das Atividades da Secretaria Executiva. O Conselheiro Celso Furtado diz que a Secretaria Executiva acompanhou no correr do último mês, com grande interesse, a votação do Plano Diretor, que presentemente se encontra no Senado Federal. Informa que o Plano já foi aprovado em todas as comissões Técnicas do Senado, devendo na próxima semana ser aprovado pelo plenário e ser remetido à Câmara para uma apreciação final em face da inclusão de algumas emendas feitas ao texto anteriormente aprovado. De acordo com entendimentos mantidos com o Chefe do Conselho de Ministros ficou garantida a aprovação do Plano ainda no presente período legislativo. No máximo até o dia 15

do próximo mês o Plano Diretor estará aprovado. Significa isto, que o órgão vai entrar na parte definitiva de seus trabalhos com a execução do grande Plano de Desenvolvimento que aqui foi elaborado e aprovado por este Conselho. Sendo esta a primeira vez que se apresenta um Plano de Desenvolvimento pode assim a região e a Superintendência se considerarem vitoriosos. É com satisfação que observa a formulação de uma nova política de desenvolvimento com base em um programa tecnicamente elaborado e aprovado pelo Congresso Nacional. Diz que com respeito ao Plano de Desenvolvimento, nem todos os recursos advirão do Orçamento federal. Alguns recursos são provenientes de entidades de créditos ou de fundos especiais com destinações específicas feitas pelo Parlamento. Um dos fundos que mais preocupam a Superintendência é o de Eletrificação, em face das pressões que sofre. Informa que a Superintendência conseguiu a formalização pelo Conselho de Ministros da parte dos recursos do Fundo de Eletrificação a ser destinada ao Nordeste. Trata-se de uma reformulação do projeto inicial aprovado pelo antigo CODENO, segundo o qual uma parcela de 5,7 bilhões de cruzeiros deveria ser destinada à eletrificação do Nordeste e particularmente à expansão do Sistema Leste de Paulo Afonso. Com a reformulação, através do Plano Diretor, do Plano de Eletrificação do Nordeste, esses recursos, dos quais 2 bilhões já foram adjudicados à região, deveriam ser ampliados. Diz que havia solicitado 9,2 bilhões e que por decisão do Conselho de Ministros e por um decreto presidencial foram os recursos destinados ao Nordeste. Informa aos Conselheiros que, formalmente, o Nordeste já conta com essa soma e que com a aprovação do Plano Diretor, uma das mais importantes etapas a serem realizadas no Nordeste, está garantida a sua execução. Uma parcela será destinada às construções civis de Paulo Afonso, para a complementação das obras da segunda casa de máquinas e construção da terceira. Também será feita a construção da terceira linha de alta tensão de 220 mil volts para o Recife, bem como a segunda linha para a Bahia. Ainda no setor de energia elétrica, diz que a Secretaria Executiva firmou convênio com o Ministério de Viação, pelo qual aquele Ministério pôs à disposição da SUDENE a quantia de 65 milhões de cruzeiros para complementar o programa de obras no Estado do Piauí. Considera um programa limitado mas de alta importância para o Piauí que é o Estado em pior situação no que se refere ao suprimento de

energia elétrica. Vai, o programa, permitir uma melhoria na rede de distribuição de Teresina e no setor de geração na cidade de Parnaíba. Neste mês foi também assinado um convênio com o DNOCS para a compra de 11 carros-pipa para abastecimento d'água de algumas cidades do interior da Bahia que estão enfrentando uma seca parcial. Sabem os Senhores Conselheiros que na região da Bahia, nas cidades onde não há um serviço regular de abastecimento d'água, as populações são obrigadas a se deslocarem, em busca d'água, a grandes distâncias. Diz ser o problema bahiano um problema de sede. Sendo uma zona fundamentalmente de pecuária o problema da sede deve ser atacado com intensidade e no caso presente a Superintendência achou viável uma solução de emergência com a compra de carros-pipa. Diz que o Ministério da Viação tomou medidas idênticas comprando igual quantidade de carros-pipas, para abastecer a região assolada. Informa que as viaturas compradas pela SUDENE já se encontram no Estado da Bahia. Informa ao Conselho que a Fábrica Coronel Othon que teve um dos seus departamentos sinistrados, apresentou um projeto para reconstituição completa do referido departamento atingido pelo incêndio, tendo sido aprovado, o que assegura o seu funcionamento dentro de poucos meses. Trata-se de um investimento de grande monta e com financiamento privado. Só os favores concedidos por este Conselho vão à conta dos 102 milhões de cruzeiros. A soma das importações atinge a mais de 1 milhão de dólares. No presente mês, salienta, foi com satisfação que a SUDENE recebeu o Ministro da Agricultura de Israel, Snr. Isaac Levy. Diz que o Estado de Israel pretende dar uma cooperação efetiva ao Nordeste no que se refere ao plano de irrigação. Registra com satisfação a presença do Dr. Leocádio Antunes, presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, que é a mais importante instituição de crédito ligado ao desenvolvimento econômico do Brasil. Considera um fato auspicioso a sua presença nesta reunião quando tem oportunidade de tomar contacto com os trabalhos que visam desenvolver o Nordeste. Assinala também a presença do Embaixador norte-americano Merwin Bohan à frente de um grupo de Técnicos altamente capacitados em suas especialidades. Fala de sua viagem aos Estados Unidos e das discussões técnicas mantidas com os membros do Governo, onde sugeriu que o Governo americano enviasse uma missão ao Nordeste, composta de Técnicos de maior realce, para observar e tomar conhecimen

to dos problemas do Nordeste e verificar as limitações deste órgão para enfrentar o problema do desenvolvimento. Considera da maior importância que aqueles que querem ajudar o Nordeste estejam presentes observando os problemas que se pretende enfrentar na área nordestina. Diz que o Embaixador Bohan é um antigo estudioso da América Latina e a ele se deve o resultado da criação da Comissão Mixta Brasil-Estados Unidos, que deu lugar à criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico. Julga que a presença dos Técnicos norte-americanos será coroada com um entendimento amplo para uma aceleração da cooperação com que vamos contar. Na viagem aos Estados Unidos, quando em palestra com o Presidente John Kennedy, ouviu dele palavras calorosas sobre o Nordeste. Destaca as palavras do presidente Americano: "Nós compreendemos os problemas do Brasil e particularmente o grande problema do Nordeste e estamos decididos a, dentro das nossas possibilidades, tudo fazer para a solução desse problema. Consideramos auspicioso que os Senhores já tenham não somente tomado consciência da gravidade do problema, como também já tenham uma política para enfrentar o problema. A ida da missão que vamos mandar ao Brasil está ligada a melhor compreender e a saber como melhor ajudar". Diz que é com esse espírito que o Embaixador Bohan vem ao Nordeste. Solicita a mesa e ao Conselho que permitam que o Embaixador Bohan tome parte na mesa para que possa dirigir sua palavra aos Senhores Conselheiros dizendo dos propósitos de que vem imbuída a missão que chefia. O Presidente submete a proposta a votação e sendo aprovado convida o Embaixador Merwin Bohan a participar da mesa. Em seguida concede a palavra ao representante do Governo dos Estados Unidos para apresentar os planos da missão Técnica que vem chefiando. O Embaixador Merwin Bohan desculpa-se por não dirigir a palavra aos Senhores Conselheiros em português e diz que o faz em espanhol para ser melhor compreendido. Diz que as intenções do seu Governo são no sentido de melhor poder ajudar ao Nordeste que considera ser o fator do êxito ou do fracasso da "ALIANÇA PARA O PROGRESSO". Está certo de que o seu Governo pretende fazer da "Aliança para o Progresso" um instrumento para a cooperação com os povos da América. Diz que vê com alegria o Nordeste já ter um plano de desenvolvimento e bem elaborado com a ajuda do Conselho. O que o seu governo quer saber é como poderá cooperar mais efetivamente com o programa da SUDENE. Esclarece que sua

missão é procurar os meios por onde possa dar uma melhor cooperação e, sem perda de tempo, levar ao conhecimento do Governo dos Estados Unidos aquilo que se possa fazer. Diz que tanto êle como os que o acompanham tiveram oportunidade de ver os Planos que o Superintendente Celso Furtado apresentou em Washington, tendo ficado impressionado com a grandiosidade do problema do Nordeste. Salaria que a cooperação que o Governo americano pretende emprestar ao Brasil é dentro da sinceridade e com o propósito de promover uma melhor compreensão entre o Brasil e Estados Unidos. Agradece, finalizando, a oportunidade que lhe foi concedida de dirigir a palavra aos Senhores Conselheiros. O Presidente agradece, em nome do Conselho, a exposição feita pelo Embaixador Bohan. É facultada a palavra aos Conselheiros que quizerem debater o relatório da Superintendência. O Conselheiro Leonides Alves informa que a execução das obras de energia elétrica no Piauí estão sendo processadas com morosidade e que é portador de um pedido do Governador Chagas Rodrigues ao Superintendente para que encareça a firma encarregada que apresse os serviços. Os trabalhos deveriam ser concluídos em outubro e presentemente apenas está montada uma caldeira. Alega a firma construtora que não recebe material do Recife. O Conselheiro Celso Furtado diz que as declarações do representante do Piauí foram oportunas. Diz que está assim comprovado o hábito das firmas não cumprirem os contratos. Como de costume, as repartições do Governo não pagavam as despesas. Os pagamentos da SUDENE são feitos em dia e salienta que já procurou o diretor da firma, inclusive ameaçando romper os contratos. A firma acaba de afirmar que daqui para o fim do ano os trabalhos estarão concluídos. Acredita que agora, quando um engenheiro da SUDENE assume a direção dos Serviços de energia elétrica do Piauí, as obras vão entrar num ritmo mais normal. Está assim provado o quanto é difícil realizar no Nordeste. A SUDENE está aprendendo a trabalhar no Nordeste e também ensinando às firmas como é que se trabalha com lisura e cumprindo as cousas como devem ser. O Conselheiro Francisco Alves diz que desde muito tempo o custo de energia vem sendo uma preocupação do Nordeste. Pede que a Superintendência informe quanto ao levantamento dos recursos destinados à redução dos preços de energia em Fortaleza, bem como se a CHESF está executando o Plano. Pede ainda, que a Superintendência informe em que ponto a SUDENE poderá ajudar no sentido da re

dução dos preços de energia elétrica, dentro do mais rápido espaço de tempo. O Conselheiro Celso Furtado diz que o problema consta de um ítem da Ordem do Dia. Informa que, por um decreto, as tarifas foram equiparadas às de Recife. Foi aberto um crédito especial de 180 milhões de cruzeiros para que seja coberta a diferença através da SUDENE. É certo que a lei não poderá ser cumprida imediatamente mas a SUDENE é um órgão que dispendo de uma certa flexibilidade vai evitar o colapso de energia elétrica em Fortaleza e Natal. A diferença de tarifas é de 35 milhões de cruzeiros por mês o que significa que o crédito especial aberto não daria para atender a diferença de um ano sequer. Como exemplo da demora para ser entregue um crédito especial, cita o caso do arrombamento de Orós, em que a SUDENE fez um adiantamento de 100 milhões e até agora ainda não recebeu o crédito, apesar de já dois invernos terem ocorrido. O Conselheiro Aloisio Afonso Campos diz que uma das missões mais importantes da SUDENE é a de contribuir direta ou indiretamente, com os órgãos executivos do Governo Federal no Nordeste. Lê, para ilustrar, o parágrafo único do artigo 2º. Diz que o enunciado dá uma força de interferência à SUDENE para melhor promover a boa execução das obras. Cita casos de descabros no setor rodoviário, onde a nação tem sofrido os maiores prejuízos. Os serviços são de má feitura, o que obriga o Governo a fazer novas aplicações para corrigir os erros. Propõe à Superintendência que verifique a forma de tomar providências no sentido de melhor fiscalizar os serviços alijando as firmas que vencem concorrências sem a devida aptidão para a execução de obras. O Conselheiro Celso Furtado diz que o problema é uma preocupação constante da Secretaria Executiva. O que vem se verificando com respeito aos abusos deve-se às injunções políticas que permitiam facilidades ilícitas. Às vezes firmas iniciantes do Nordeste, que querem viver para crescer, são tragadas pelos grandes grupos que absorvem o sistema de fornecimento. A Superintendência pretende atacar o problema a fundo. No próximo ano e com a execução do Plano Diretor, grande parte dos serviços públicos no Nordeste vão ser efetivamente controlados pela SUDENE. A Superintendência vai adotar um projeto-padrão para cada tipo de investimento. Dentro de um ano poderemos ter os investimentos públicos no Nordeste submetidos a planejamento, a projeção adequada e a controle, e estaremos com uma autoridade tal que pode-

remos assim por em prática o parágrafo aludido. Será isso um esforço imenso. Agradece a sugestão que lhe proporcionou a oportunidade de expor o que se vai fazer no setor. O representante do DNOCS ressalta a necessidade da fiscalização, devendo a SUDENE formar uma equipe que verifique "in-loco" os trabalhos e a adequação do emprêgo das verbas. Não acredita que de uma hora para outra desapareçam os investimentos eleitoreiros, pelo fato de que o contrôle dos serviços passem de uma repartição para outra. Os homens que executam são os mesmos tradicionalmente viciados. Diz que além das ordens deve haver o fiel cumprimento das mesmas. O Superintendente Celso Furtado diz que o objetivo da SUDENE é exatamente fiscalizar. Torna-se difícil a fiscalização quando o dinheiro é de outros setores. Cita o caso das obras rodoviárias que estão sendo feitas no Estado da Bahia, onde a SUDENE fiscaliza com autoridade porque as despesas são pagas pela Superintendência mediante cronograma, depois de medição etc. No caso do pagamento ser feito por um outro órgão a fiscalização seria um esforço inútil. Pode ser que de futuro, com a autoridade que se vai adquirindo, uma denúncia da SUDENE provoque o clamor público. Espera atingir esse objetivo, indo por etapas. O Conselheiro Samuel Afonso, voltando, diz que tem a impressão de que nem todos os recursos serão distribuídos, através do Plano Diretor, com cheques assinados pela Superintendência da SUDENE. O Conselheiro Celso Furtado diz que todos os recursos do Plano Diretor são abertos à Superintendência e os cheques serão assinados pelo Superintendente, que mesmo delegando o fará mediante cronogramas com especificações detalhadas. ORDEM DO DIA - PROJETO DE REFORMULAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DOS ÁGIOS. O Conselheiro Celso Furtado diz que a Superintendência está pretendendo coordenar a aplicação destes recursos com o Plano Diretor que está na iminência de ser aprovado. Propõe-se no presente projeto que se façam novas modificações no antigo projeto e a supressão de alguns itens, no caso do Estado da Bahia. Propõe também a reformulação do Plano para aplicação de mais setecentos milhões de cruzeiros. Solicita o aumento do Fundo Rotativo em face das grandes responsabilidades que advirão com a própria execução do Plano Diretor. Dessa maneira poderemos ir em socorro de Fortaleza e Natal no setor de tarifas elétricas, atenderemos ao caso da ponte do Parnaíba, às vítimas de Orós, etc. Diz ser a SUDENE o úni-

co órgão do Governo Federal que pode mobilizar centenas de milhões de cruzeiros, dependendo unicamente de uma deliberação do Conselho. Isso lhe permite manter em dia os pagamentos e fazer com que as firmas contratistas cumpram os contratos. Como observam os Senhores Conselheiros há uma solicitação para que seja aumentado este fundo. Quanto ao mais deixa aos Senhores Conselheiros a discussão dos itens. O Conselheiro Aloisio Campos pergunta quais as possibilidades da aplicação dos recursos dos Ágios em face da nova política cambial. O Conselheiro Celso Furtado explica que diante das instruções 204 e 208 foram extintos os fundos dos ágios. A Superintendência vai agora aplicar a última parcela dos ágios. É um problema não só da SUDENE mas de vários órgãos do país. Agora, com a aprovação do Plano Diretor, a SUDENE terá uma aplicação efetiva em um plano de obras que entrará em fase de execução. É pois uma decisão, que agora se torna, quase final e outras poderão ser tomadas no caso de reformulação do Plano. O Conselheiro Aluisio Campos diz que os recursos ora em apreciação vão ser representados apenas pelas partes ainda não entregues à Superintendência e já contabilizadas na Carteira de Câmbio do Banco do Brasil a seu crédito. O Superintendente diz que pelas informações do Banco do Brasil, todas as parcelas já foram entregues à Superintendência. O Conselheiro Aluisio Campos diz que no Plano não há um esclarecimento em globo. Diz ainda ser fundamental a grande importância de um Fundo regulador de financiamento das obras da região para que não haja solução de continuidade. Como sendo a proposição dos Fundos no sentido de tornar os adiantamentos já feitos em aplicações definitivas, pergunta a Superintendência se não seria mais interessante que se destinasse todo o numerário dos Ágios a um Fundo Rotativo para atender à regulação das obras futuras. Diz que não deve haver ilusões quanto às verbas orçamentárias e do Plano Diretor que não serão entregues com pontualidade, como sempre acontece. Sugere, pois, que todo o montante dos Ágios seja destinado ao Fundo Rotativo da Superintendência, para reembolso quando da aprovação do Plano Diretor. O Conselheiro Celso Furtado diz que foram oportunas as observações do Conselheiro Aluisio Campos. Diz que um dos fatores da ineficácia dos investimentos públicos no Brasil é exatamente o atraso na entrega dos numerários que provocam as interrupções nos serviços públicos. Diz que fez ver ao Chefe do Gabinete de Minis

Aluisio

tros que com a aprovação do Plano Diretor vai ser indispensável que o Conselho de Ministros estabeleça um cronograma da execução do Plano e de entrega do numerário. Também já fez ver ao Ministro da Fazenda o seu pensamento. Estão de acôrdo que a entrega tal do numerário seja feita com regularidade. Para evitar interrupções graves foi criado o Fundo Rotativo. Considera penoso manter um Fundo rotativo em um regime inflacionário como o que atravessamos onde há uma depreciação da moeda. A Superintendência considera que o Fundo de meio bilhão de cruzeiros é suficiente para atender às necessidades. Diz que dinheiro em caixa é dinheiro perdido, diante da constante desvalorização. Em muitos casos os recursos do Plano Diretor são insuficientes porque foram solicitados há um ano e meio atrás. Há portanto, necessidade de complementação. Diz que a SUDENE não tendo exercício anual pode deixar que os recursos possam passar de um ano para outro facilitando a execução das obras que planeja. O Conselheiro Tosta Filho faz ponderações em defesa dos interesses do Estado da Bahia dizendo que na sua totalidade os recursos dos Ágios emanam das exportações de cacau do sul do seu Estado. Admite que pelo menos 90% dos recursos provêm do cacau. O Conselheiro Celso Furtado a parte dizendo que também o petróleo contribuiu na formação do Fundo. Diz que quatro ou cinco anos antes de 1959 a Bahia não recebeu os benefícios a que tinha direito diante do que rendeu com as exportações de seus produtos. Alega que a Bahia proporcionou uma renda que deu trinta bilhões de cruzeiros a mais sôbre o que o Governo Federal aplicou no Estado para sustentar a sua economia. Diz que na presente aplicação a Bahia vai receber 41,2% e acha justo pleitear a definitiva aplicação desses recursos no seu Estado, para atender as suas necessidades básicas. O representante do DNOCS diz que observa as dificuldades com que a SUDENE irá se defrontar no próximo ano quando não disporá mais de recursos que não sejam os do Plano Diretor. Está de acôrdo com a sugestão do Conselheiro A Luisio Campos de que todos os recursos façam parte do Fundo Rotativo. Diz que concorda com o argumento de que as verbas orçamentárias são entregues com irregularidade e disso tem experiência, porque faz parte de um órgão executor. Diz que o órgão de que faz parte tudo tem feito para acabar com a indústria da seca no Nordeste. Alega que só poderá acabar com isto quando o Governo Federal pagar em dia as verbas orçamentárias a que tem direito o

órgão. O drama se repete cada ano exigindo grande sacrifício do pessoal que administra. Outra coisa que é acarretada pela irregularidade na entrega de verbas é o encarecimento de um material que é comprado a crédito e assim sendo é feito com preços muito mais elevados. O Conselheiro Celso Furtado diz que foi dentro do pensamento que o representante do DNOCS expôs que a Superintendência propôs a criação do Fundo Rotativo. Pelos cálculos feitos a Superintendência disporá pelo menos de um Fundo Rotativo de 547 milhões de cruzeiros. Considera a importância suficiente ao trabalho do órgão. O representante de Sergipe pergunta à mesa qual será a forma de votação a ser adotada para o projeto em tela. O presidente esclarece que deverá ser votado o corpo do projeto deixando-se para depois as emendas, desde que não haja pedido de destaques. Havendo pedido de destaque, este será discutido. O Conselheiro José Aloisio de Campos pede informações sobre a implantação de uma indústria com base nas jazidas de sal-gema de Sergipe. Diz que não quer estabelecer paralelo entre as possibilidades do sal marinho do Rio Grande do Norte e as jazidas de sal-gema de Sergipe. O Conselheiro Aloisio Campos acha que deve haver uma norma, discutindo-se ítem por ítem depois de apresentadas as emendas, ou seja, aprovadas as emendas aprovar-se-á o programa modificado pelas mesmas, ítem por ítem. O presidente concorda com a sugestão. O representante de Sergipe diz que fez sua sugestão na hipótese da discussão ser feita capítulo por capítulo. O Conselheiro Celso Furtado diz que a indústria química no Nordeste é uma preocupação da Superintendência. Dada a abundância de matéria química e havendo energia farta o Nordeste poderá se converter em um importante centro de indústrias químicas no Brasil. Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte são importantes centros onde existem potenciais químicos. Quanto aos centros onde há grande quantidade de cloreto de sódio e outros sais destacam-se Rio Grande do Norte e Sergipe. No Estado de Sergipe os estudos das minas de sal-gema indicam que não se pode ir mais além a não ser que se possa contar com o concurso de consultores internacionais. A Superintendência solicitou ao Fundo Especial das Nações Unidas para que financie um importante grupo de Consultores internacionais que virão dizer em última instância qual a importância das jazidas, bem como verificar o potencial de carnalita que possa propiciar uma indústria de adubos e verificar, finalmente, a via

bilidade econômica da exploração química em Sergipe. O Grupo da SUDENE vem estudando as possibilidades de aproveitamento dessa matéria química. Uma outra preocupação é o Porto para escoamento da produção e acha promissora a marcha dos estudos. O representante de Sergipe agradece as informações da Superintendência. Diz ser esta uma velha preocupação do governo do seu Estado. Diante do interesse da SUDENE declara ficar satisfeito. O Conselheiro Celso Furtado declara que as Nações Unidas já enviaram um técnico ao Nordeste para verificar o projeto de Sergipe. O Técnico Canadense ficou bem impressionado com o projeto que muito poderá contribuir para o desenvolvimento do Nordeste. O representante de Alagoas pergunta qual a parte a ser votada no momento. O presidente informa ser o Plano dos Ágios. O Conselheiro José Aloísio de Campos diz que antes da votação vai apresentar sua emenda: Inclua-se onde couber: "Contribuição para implantação e funcionamento dos serviços de extensão rural em Sergipe pela Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural em 1962: R\$ 5.000.000,00". Justifica em seguida a sua emenda alegando ser o Estado de Sergipe praticamente desprezado no setor. A ANCAR encontra-se com possibilidades de operar em Sergipe, onde as condições oferecidas são as melhores. O Conselheiro Celso Furtado diz que as emendas apresentadas significam acréscimo. Significará uma redução no Fundo Rotativo. Sugere que se discuta inicialmente a proposta da Superintendência. Propõe também que toda emenda que represente adição seja submetida à Secretaria Executiva. Não será possível que agora a Superintendência dê oralmente seu parecer técnico sobre as emendas. De acordo com o regimento devem ser submetidas à Secretaria. O Conselheiro José Aloísio de Campos diz-se de acordo com a Superintendência e apela para que na próxima reunião possa ser discutida a sua emenda. O representante da Paraíba fica satisfeito com a votação global sem as emendas. O Conselheiro Aluisio Campos explica que o pensamento da presidência é por em votação o Plano com a ressalva de que as emendas serão submetidas a estudo pela Secretaria Executiva. O Conselheiro José Antônio de Souza Leão diz que o representante da Paraíba tem emendas que vão a 80 milhões de cruzeiros que naturalmente vão ser retirados do Fundo rotativo, o qual o Conselho pretendeu aumentar. O Conselheiro Aluisio Campos pondera que poderão as emendas da Paraíba serem aprovadas com o reembolso a ser feito quando da aprovação do Pla

no Diretor. Volta o representante de Pernambuco alegando que as emendas se referem ao Porto de Cabedelo o qual foi preterido no Plano Diretor. O Conselheiro Aluisio Campos explica que o Porto de Cabedelo faz parte dos que estão incluídos no Fundo Portuário. O Conselheiro Teotônio Vilela diz que também trouxe emendas e quer saber quando poderá apresentá-las. O Conselheiro Aluisio Campos, acha que a oportunidade é neste momento. O presidente lê o dispositivo do artigo 20, onde se estabelece que "o Conselho decidirá sobre as matérias de sua competência mediante proposição dos seus membros ou da Secretaria Executiva"; no parágrafo único "os assuntos submetidos a apreciação do Conselho pelos seus membros deverão ser previamente estudados pela Secretaria Executiva que emitirá parecer em cada caso". Diz o presidente que as emendas poderão ser recebidas mas não serão discutidas. O Conselheiro Costa Porto diz que não compreende como se votará um Plano para em outra oportunidade serem votadas emendas que alterarão a matéria já votada. O Superintendente Celso Furtado diz que a proposta da Secretaria Executiva poderá ser modificada com emendas supressivas ou com redução no Fundo Rotativo. O que os Senhores Conselheiros vão aprovar é a proposta da Secretaria e que passará a ser um Plano parcial de aplicação de ágios. Poderá o Conselho apresentar emendas e na próxima reunião discutir-se-á a criação de um novo Plano de Ágios, desde que achem conveniente. Destacar-se-á então parte do Fundo Rotativo por decisão do Conselho. O representante de Pernambuco discorda da Superintendência dizendo que cada Conselheiro poderá apresentar sua emenda transformando por completo o Plano hoje votado. O Conselheiro Celso Furtado explica que a decisão hoje tomada é definitiva e que o Conselho poderá criar um novo plano com as dotações do Fundo rotativo. O Conselheiro José Antônio de Souza Leão sugere que seja respeitada a parte que se destina à Bahia e as outras sejam destinadas ao Fundo rotativo para que a SUDENE faça uso em obras e em adiantamentos. O Conselheiro Aluisio Campos contorna as situações que estão sendo criadas, lendo o disposto no artigo 50 do regulamento. Acha que devem os Conselheiros obedecer o que diz o regulamento. Esclarece que emendas aditivas deverão passar pela Secretaria Executiva. Diz ainda ser esta a oportunidade para os que pretendem apresentar emendas. Conclama aos que são portadores de emendas que as apresentem agora. O Presidente diz que efetivamen

te temos que nos orientar pelo Regimento. O Conselheiro Tosta Filho acha que não se pode mais apresentar emendas porque está esgotado o prazo regulamentar. Diz ainda que não se deve adiar soluções no Nordeste, colocando-se contra qualquer pretensão que vise adiar a votação do Plano. O Conselheiro Aluisio Campos explica que o que se vai adiar é somente a votação das emendas. O Conselheiro Celso Furtado diz que o Conselho é autônomo para criar um novo Plano de Ágios uma vez que o atual não esgota os recursos ficando ainda o Fundo Rotativo. O Conselho também tem autonomia para marcar o prazo para entrega das emendas. O Conselheiro Aluisio Campos diz que as emendas deverão ser apresentadas hoje. O representante do Ceará diz que se recebem as matérias quase em cima da data da reunião e assim não há tempo para que se elaborem as emendas, ficando por vezes os Estados em prejuízo. Fala ainda sobre o caso das tarifas de energia de Fortaleza que o Superintendente disse ser resolvido com o Fundo dos Ágios. Pergunta se neste Plano consta essa matéria. O Superintendente disse que no Plano constava a matéria suscitada. O Conselheiro Aluisio Campos propõe à mesa que ponha em votação o Plano como foi apresentado pela Secretaria Executiva e que as emendas até agora apresentadas sejam apreciadas na próxima reunião. O Conselheiro Teotônio Vilela não concorda em apresentar emendas imediatamente. O Presidente decide preliminarmente que as emendas não serão discutidas nesta reunião. Decide ainda que as emendas apresentadas até o fim do expediente de hoje serão enviadas à Secretaria Executiva para que emita parecer técnico. O Conselheiro José Antônio de Souza Leão sugere que seja discutido o Plano por itens, como está dividido. A sugestão foi aprovada. Em discussão o item "A". O Conselheiro Celso Furtado chama a atenção do Conselho para os itens chamados de pré-investimentos em curso de execução. São tarefas que estando previstas no Plano Diretor já foram regularmente iniciadas. O representante do Banco do Brasil deseja informações sobre o que já foi feito pelo "Grupo do São Francisco". O Conselheiro Celso Furtado diz que o grupo está constituído de Técnicos do mais alto nível das Nações Unidas. Os gastos são financiados com 50% da SUDENE e 50% das Nações Unidas. Convoca o diretor do projeto, Dr. Estevão Strauss, para dizer algo do que se está realizando. O Dr. Estevão Strauss diz que o projeto foi iniciado pela SUDENE o ano passado antes da chegada dos Técni-

cos das Nações Unidas. Tendo havido retardamento na assinatura do acordo de base, somente em janeiro deste ano chegaram os técnicos. A SUDENE realizou no ano passado os estudos preliminares de solos etc. No princípio de janeiro chegaram seis Técnicos das Nações Unidas, especialistas em agronomia, hidrologia e pedologia. Os trabalhos estão em franco andamento estando já coberta uma área considerável nos municípios de Petrolina e Joazeiro da Bahia. Os trabalhos já estão chegando a Santa Maria da Boa Vista. Este primeiro trabalho é de reconhecimento, para que se conclua qual a área a ser irrigada nas margens do São Francisco. A área do projeto fica entre Casa Nova e Paulo Afonso. Os estudos já atingiram 8.000 quilômetros de reconhecimento, dos 25.000 projetados. Na primeira fase do projeto serão determinadas áreas potencialmente irrigáveis. A segunda parte será a que constará de pesquisas que permitirão demonstrar a viabilidade econômica da irrigação. Esclarece que o projeto visa também a grande irrigação de áreas superiores a 50 hectares. Para a área de 25.000 quilômetros o equipamento é completo e a equipe é numerosa. O presidente sugere ao Superintendente a convocação do diretor da divisão de Pesca para prestar esclarecimentos sobre o assunto que também faz parte da matéria em discussão. O Conselheiro Celso Ruytado convoca o Dr. Luiz Vasconcelos com a aquiescência do Conselho. O Dr. Luiz Vasconcelos diz ser uma preocupação da Divisão a constituição das equipes de pesquisas e o treinamento de pessoal para desenvolver a pesca. Diz haver procedido um levantamento da infra-estrutura disponível. Diz haver promovido uma observação profunda das condições em que se pratica a pesca na região. Fêz um levantamento dos estaleiros que de futuro poderão dar um incentivo à pesca. O presidente põe em votação o item "A". Foi aprovado. Em discussão o item "B". O Conselheiro José Aloisio de Campos propõe a inclusão do Estado de Sergipe no programa de artesanato ao lado de Alagoas e Bahia. Alega que na reunião passada o Superintendente-substituto prometera tal inclusão. O Conselheiro Leonidas Alves pede informações sobre a eletrificação de Florianópolis. Diz ser vaga a explicação dada no Plano. Pretende especificações a respeito do assunto. O presidente diz que no final a Superintendência esclarecerá o assunto. O Conselheiro Aluisio Campos tece comentários sobre o aproveitamento das águas-mães de Areia Branca e pergunta ao Superintendente se não seria mais eco

nômico contratar a elaboração do projeto com um escritório particular e especializado. Indaga também se as cooperativas artesanais serão para comercialização dos produtos dos associados. O Conselheiro Celso Furtado diz que houve um lapso quando não se incluiu Sergipe no programa de artesanato e que a emenda será feita. Quanto ao caso de Floriano o Superintendente solicita ao Chefe da Divisão de Energia que explique em que situação se encontra. Diz o Major Alvarino Pereira que Floriano tem programada uma usina térmica de 1.200 KVA inicialmente composta de dois grupos. No futuro será instalado um terceiro grupo de 600 KVA. A usina será Diesel em face de oferecer melhores condições econômicas. Floriano foi contemplada com toda dotação feita ao Piauí, no montante de 670 milhões de cruzeiros. Acredita que no decorrer de 1962 Floriano estará com o problema resolvido. O Conselheiro Leonides Alves pergunta se já há algum estudo com respeito ao preço do Kilowatt. O chefe da Divisão de Energia diz que já esclareceu que a instalação será mais barata bem como o kilowatt instalado. Quanto ao kilowatt gerado vai precisar ainda de estudos para poder estabelecer as vantagens entre o preço do kilowatt gerado Diesel e a turbina-vapor. O Conselheiro Leonides Alves alega que a turbina a vapor poderia proporcionar maiores condições de emprego para o povo que seria aproveitação no corte de lenha. O Major Alvarino Pereira diz que já levou em consideração a questão do desemprego mas há oposição da parte dos que combatem o desflorestamento. O Conselheiro Celso Furtado pergunta se o Conselheiro Leonides Alves mantém a sua emenda. Pergunta ainda qual o alcance da sua emenda. O Conselheiro Leonides Alves diz que quando se tratou de 15.000 KVA em Fortaleza foram dadas todas as especificações. O Conselheiro Celso Furtado pondera que em Fortaleza a SUDENE já está trabalhando a um ano e meio. O Conselheiro Celso Furtado solicita ao Diretor da Divisão de Indústria que dê explicação ao Conselho sobre o caso do aproveitamento de Águas-mães a que se referiu o Conselheiro Aluisio Campos. O Dr. Juarez Farias diz que a idéia de realizar as pesquisas das águas-mães das salinas do Rio Grande do Norte com os técnicos da SUDENE tem como finalidade o seguinte: as pesquisas abrangem pelo menos quarenta produtos e fazendo o contrato com escritório de projetos, implicaria em ônus ainda maior para a SUDENE; em segundo lugar os estudos não se prendem à tecnologia dos produtos a serem fabricados. Há uma série de investimentos indispensáveis e que tem

que serem planejados no curso dos estudos. Cita os problemas de energia elétrica e de transportes na zona do sal. Diz que a SUDENE tem maior flexibilidade do que Escritórios de projetos, para executar os estudos e obter informações de entidades públicas nacionais e estrangeiras. Cita o exemplo da Divisão de Indústria que obteve da Missão Técnica Francesa todas as informações que a França podia fornecer às pesquisas das águas-mães. Considera também uma ótima maneira de treinar pessoal. Conclui assim sua exposição. O Conselheiro Celso Furtado explica ao Conselho que as cooperativas artesanais inicialmente atacarão o problema de comercialização dos produtos. Posteriormente promoverá financiamentos e entrará em outras atividades. O Conselheiro Francisco Alves de Andrade pede esclarecimentos sobre os adiantamentos feitos em decorrência da lei nº 3.969 de 6 de outubro de 1961. Pensa que a Lei não vai beneficiar somente o setor industrial mas também o setor urbano. Pergunta se as diferenças de Natal e Fortaleza, no montante de 35 milhões de cruzeiros, já tiveram os cálculos ultimados. O Conselheiro Celso Furtado diz que os estudos vinham sendo feito pela SUDENE e os estudos já foram concluídos tendo sido estimada a diferença em 35 milhões. Diz que tudo está fazendo para conseguir a liberação do crédito especial de 180 milhões. A Superintendência está preocupada porque vai haver demora na entrega do crédito especial. O adiantamento pedido é só para um mês. O Conselheiro Celso Furtado em seguida propõe uma emenda de redação: "Onde se lê BR 22, leia-se BR 22 e Estradas de Acesso". O Presidente põe em votação a emenda do representante de Sergipe no programa de artesanato, sendo aprovada. Submete em seguida a votação a emenda de redação do Conselheiro Celso Furtado o que é aprovado. Em votação o item "B" é aprovado. O Conselheiro Francisco Alves de Andrade mesmo depois de votada a matéria, tece comentário sobre o desenvolvimento da cultura algodoeira dizendo que a SUDENE deve estudar o problema a fundo criando condições para uma melhor comercialização do produto. Diz ser necessária a garantia de preço mínimo justo e econômico. Saliencia que o Ceará situa-se em primeiro lugar na produção no Nordeste. Diz ainda que os tipos colhidos são de fibras longas e médias com 74% de 34 milímetros e 11% de 36 milímetros. Tudo o que se produz em matéria de algodão no Ceará é sem mecanização e sem experiência que pudessem melhorar a produção e os tipos. O ouro branco não vem, a

despeito de tudo, correspondendo economicamente ao plantador. Os intermediários absorvem os maiores lucros enquanto o agricultor percebe um soldo de fome. O preço mínimo não vigorou no Ceará como de resto em todo o Nordeste. Deve a SUDENE estudar também, a possibilidade de instalar fábricas-piloto para comprar diretamente ao agricultor e na exportação dos produtos possa o lucro voltar ao produtor do campo. Defende também a produção de proteínas através da torta de algodão sem a qual a pecuária não poderá sobreviver. Advoga o princípio de que a torta não deve ser exportada. O apêlo que faz em nome do Governo do Ceará é que a SUDENE promova estudos profundos para salvar a economia algodoeira do Nordeste. O Conselheiro Celso Furtado diz que as declarações do representante do Ceará são as mais oportunas. Há uma preocupação constante com respeito ao problema. Há necessidade de uma política nova para que se possa realizar alguma coisa. As dificuldades que se apresentam é que tem baldado os esforços. Os recursos são limitados e não permitem uma maior atuação. O Presidente põe em discussão o item "C". O representante do Governo do Alagoas pergunta qual a prioridade adotada com referência a Bahia. O presidente informa que a Bahia fez jus a maiores destinações em face das suas exportações de cacau. Assim sendo o saldo dos ágios vem como uma justiça que se faz à Bahia. O Conselheiro Teotonio Vila diz que a prioridade é na aplicação e não na origem. A SUDENE foi criada para integrar o bloco Nordestino na nação e não deve haver especificações com base nas origens dos Ágios. O Conselheiro Tosta Filho diz respeitar o ponto de vista do Governo de Alagoas. Diz que todos devem trabalhar pelo desenvolvimento da pátria comum e principalmente pela região Nordestina. Solicita ao representante de Alagoas que aceite o que a Secretaria Executiva pediu para a Bahia. O Conselheiro Ronald de Queiroz diz que também a Paraíba nada recebeu. O representante do Governo da Bahia alega que na soma total dos recursos da SUDENE pouco representa o percentual ora destinado ao seu Estado. O Conselheiro Celso Furtado diz que não há uma discriminação por Estado nos planos da SUDENE. A pretensão é criar uma política de desenvolvimento regional. São obras inspiradas no Plano Diretor. Em votação é aprovado o item "C". O presidente anuncia a votação dos processos referentes a isenção parcial de imposto de renda. O Conselheiro Aluisio Campos propõe que a votação seja feita em bloco uma vez

que são muitas firmas que solicitam a mesma coisa. A sugestão é aprovada e foram assim submetidos a votação em bloco os pedidos de isenção parcial de 50% (cinquenta por cento) do Imposto de Renda que incidir sobre os lucros tributáveis até o exercício de 1968, inclusive, conforme o disposto no artigo 19 da Lei nº 3.692 de 15 de dezembro de 1959, combinado com o artigo 57 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 47.890, de 9 de março de 1960, das seguintes firmas: "CÓCO ALIMENTAR E DERIVADOS S/A - COCAL" (ARACAJU - SE), "CIA. DE TECIDOS RIO TINTO" (RIO TINTO - PB), "EMPRESA INDUSTRIAL LTDA" (USINA SÃO JUDAS THADEU - FORTALEZA - CE), "ARAÚJO RIQUE & CIA" (CAMPINA GRANDE - PB), "DOMICIO SILVA & CIA" (SANTANA DO IPANEMA - AL), "CIA. MANUFATUREIRA E AGRÍCOLA DO MARANHÃO" (CODÓ - MA), "EUGÊNIO BARROS & CIA", (CAXIAS - MA), "E. GERMANO DA SILVA" (CAICO - RGN), "FIAÇÃO E TECELAGEM SANTA MARIA LTDA", (FORTALEZA - CE), "CIBAM - CIA. INDÚSTRIA DE BABAÇU E ALGODÃO DO MARANHÃO - (CODÓ - MA), "CIA. FABRIL DOS FIAIS" (SALVADOR - BA), "S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO DUCÓCO - COCIL" (ARACAJU - SE), "ALBERTO S/A - INDÚSTRIA E COMÉRCIO (RECIFE - PE), "CIA. FÁBRICA YOLANDA S/A" (RECIFE-PE), "SIMWAL S/A - INDÚSTRIA DE MÁRMORES E GRANITOS" (RECIFE-PE), "CIA. AGRO-INDÚSTRIA NOSSA SENHORA DO CARMO" (RECIFE-PE), "COTONIFÍCIO DANTAS RIBEIRO S/A" (NATAL - RGN), "COMÉRCIO E INDÚSTRIA MARQUES DE ALMEIDA S/A" (CAMPINA GRANDE - PB), "COTONIFÍCIO DA TORRE S/A" (RECIFE-PE), "INDÚSTRIA CORTEZ S/A" (CEDRO-CE), "COMÉRCIO E INDÚSTRIA IRMÃOS PEREIRA LTDA CIPEL" (SALVADOR-BA), "COTONIFÍCIO NORTE RIOGRANDENSE S/A" (NATAL RGN), "COTONIFÍCIO CAPIBARIBE S/A" (RECIFE-PE), "TECELAGEM DE SEDA E ALGODÃO DE PERNAMBUCO" (RECIFE-PE) e "CIA. ALAGOANA DE FIAÇÃO E TECIDOS" (MACEIO-AL). Foram aprovados. O Conselheiro Aluisio Campos propõe que a votação dos demais pareceres sejam feitos também em bloco. O Conselheiro José Antônio de Souza Leão solicita que a votação seja feita um por um e pede que sejam lidos os pareceres por considerar matéria de grande importância. A sugestão é aceita. Parecer ao processo nº 655/61, no sentido de propor ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, nos termos do art. 13, letra "j", ítem 2, da Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959, combinado com o art. 57 do Regulamento baixado pelo Decreto nº 47.890, de 9 de março de 1960, a declaração de prioridade para o desenvolvimento do Nordeste dos equipamentos novos e sem similares produzidos no país, a serem importados pela

"COMPANHIA CERVEJARIA BRAHMA S/A", destinados à instalação de uma fábrica de cerveja localizada na cidade de Cabo, Estado de Pernambuco, para os efeitos da isenção de quaisquer impostos e taxas que incidirem sobre a importação dos referidos equipamentos, conforme o art. 18 da Lei supra mencionada, combinado com os artigos 55 e 56 do Decreto acima citado. Não havendo discussão foi posto em votação sendo aprovado. Parecer ao Processo nº 15/61 no sentido de propor ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, nos termos do art. 13, letra "j", ítem 2, da Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959, combinado com o art. 57 do Regulamento baixado pelo Decreto nº 47.890, de 9 de março de 1960, a declaração de prioridade para o desenvolvimento do Nordeste de máquina nova e sem similar produzido no país, a ser importada pela "COMPANHIA TÊXTIL DE ANIAGEM - CTA" - Destinada à ampliação de sua fábrica de fios, sacos e telas de juta localizada na cidade de Recife, Estado de Pernambuco, para os efeitos da isenção de quaisquer impostos e taxas que incidirem sobre a importação da referida máquina, conforme o art. 18 da Lei supra mencionada, combinado com os artigos 55 e 56 do Decreto acima citado. - Foi aprovado sem discussão. Parecer ao Processo nº 498/61, no sentido de propor ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, nos termos do artigo 13, letra "j", ítem 2, da Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959, combinado com o art. 57 do Regulamento baixado pelo Decreto nº 47.890, de 9 de março de 1960, a declaração de prioridade para o desenvolvimento do Nordeste dos equipamentos novos e sem similares produzidos no país, a serem importados pela "INDÚSTRIA BRASILEIRA DE MÁRMORE S/A - IBRASA" - destinados à ampliação de sua serraria de mármore e granito localizada na cidade de Salvador, Estado da Bahia, para os efeitos da isenção de quaisquer impostos e taxas que incidirem sobre a importação dos referidos equipamentos, conforme o art. 18 da Lei supra mencionada, combinado com os artigos 55 e 56 do Decreto acima citado. Não havendo discussão foi posto em votação sendo aprovado. Parecer ao Processo nº 146/69, no sentido de propor ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República nos termos do art. 13, letra "j", ítem 2, da Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959, combinado com o art. 57 do Regulamento baixado pelo Decreto nº 47.890 de 9 de março de 1960, a declaração de prioridade para o desenvolvimento do Nordeste dos equipamentos novos e sem similares produzidos

no país, a serem importados pela firma "ELEKEIROZ DO NORDESTE - INDÚSTRIA QUÍMICA S/A", destinados à instalação de uma fábrica de álcool etílico ou octanol na cidade de Cabo, Estado de Pernambuco, para os efeitos da isenção de quaisquer impostos e taxas que incidirem sobre a importação dos referidos equipamentos, conforme o artigo 18 da Lei supra mencionada, combinado com os artigos 55 e 56 do Decreto acima citado. Em votação foi aprovado. ASSUNTOS DE ORDEM GERAL: O Conselheiro Leonides Alves pergunta à Superintendência em que situação se acham as demarches para a assinatura do acôrdo para o aproveitamento do vale do rio Parnaíba. O Conselheiro Celso Furtado explica que os estudos do vale do rio Parnaíba estão afetos ao Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas. Diz ainda que a SUDENE também se faz presente e que os trabalhos estão andando normalmente. O representante do DNOCS esclarece que os trabalhos do vale do rio Parnaíba prosseguem em ritmo acelerado estando o Departamento mantendo entendimentos para a construção da barragem da Boa Esperança. O Conselheiro Leonides Alves diz que ao DNOCS compete construir a barragem enquanto o aproveitamento do vale para irrigação, eletrificação, etc. iria ficar afeto a outros órgãos. Diz que o sentido de sua pergunta é saber se houve demarches para que fôsse firmado o convênio. O Conselheiro Celso Furtado diz que as demarches foram efetuadas e a SUDENE achou conveniente que o DNOCS assumisse a liderança dos trabalhos. Diz que os entendimentos mantidos pela SUDENE com o Ponto IV ficaram na dependência de um entendimento maior com o DNOCS. O Conselheiro Samuel Afonso declara que o DNOCS não está realizando nem realizou estudo integrado da bacia do Vale do Parnaíba. Está de acôrdo que os estudos integrados sejam promovidos pelo DNOCS, pela SUDENE e pelo Ponto IV em conjunto. O Conselheiro Aluisio Campos diz que o Departamento de Portos Rios e Canais firmou um contrato com um Escritório Técnico, do Rio de Janeiro, para promover os estudos do Vale do Parnaíba. O Conselheiro Celso Furtado salienta que os estudos foram bastante resumidos e a SUDENE colheu todas as informações quando dos entendimentos com o Ponto IV. Apenas nos últimos meses o assunto entrou em compasso de espera diante dos acontecimentos havidos. Esclarece que a SUDENE não pode assumir todos os encargos no Nordeste e que o DNOCS pode perfeitamente realizar o programa em discussão. Diz ainda que o DNOCS concordou em liderar os estudos do Parnaíba em

quanto a SUDENE lideraria os do vale do Jaguaribe. O representante do DNOCS esclarece que ainda está equacionado o estudo integrado do Parnaíba. O representante do Banco Nacional de Desenvolvimento agradece as palavras proferidas pelo Superintendente Celso Furtado no início da reunião, referentes à sua pessoa. Diz que desde que tomou posse na Presidência do BNDE, bem como no exercício da sua Superintendência, tomou consciência dos problemas que afligem a área Nordestina. Sendo homem do Sul, tem o pensamento sempre voltado para a unidade da Pátria, não vendo fronteira entre Estados. Considera resumidos os recursos atribuídos ao Nordeste. Diz ser pensamento da atual direção do BNDE equilibrar os números de aplicação nas regiões. Pretende corresponder à ânsia de progredir, revelada pelos membros do Conselho. Saliencia a impressão que lhe causou o pronunciamento do Embaixador Bohan, dos Estados Unidos. Destaca o sentido humano e solidarista de sua missão no Nordeste. Diz que a "ALIANÇA PARA O PROGRESSO" deve ser exatamente o que o Embaixador Norte-americano proclama: efetiva, urgente e profundamente solidária e humana. O presidente solicita ao Embaixador Bohan que apresente ao Conselho os técnicos que o acompanham. O Embaixador Norte-americano apresenta os Senhores Dr. George Westcott, Economista Agrícola; Dr. Albert V. Thompson, Técnico em irrigação; Dr. Alvin Warkey, Sociólogo; Dr. Paul E. Fisher, Economista; Mr. Robert W. Windsom e Mr. Maurice Bostick. O Conselheiro Celso Furtado solicita aos membros do Conselho, representantes dos Estados que enviem à Secretaria Executiva cópias da Lei de Organização Municipal de cada Estado, para que a SUDENE possa firmar convênios com os Municípios. O Conselheiro Teotônio Vilela solicita uma informação sobre até que hora poderá entregar as emendas que trouxe para o Plano dos Ágios tendo o Presidente informado que até a hora do expediente normal do órgão. Nada mais havendo a tratar o Presidente com palavras elogiosas e de esperança no futuro da SUDENE e do Nordeste, dá por encerrada a reunião às 13 horas, do que para constar eu, Osmário Alifait Lacet, Secretário, lavrei a presente Ata que assino com o Senhor Presidente.

Osmário Alifait Lacet
Secretário

vc.